

**“O futebol feminino era uma das coisas que estava acontecendo”:
as mobilizações do futebol de mulheres durante
a transição democrática brasileira (1977-1983)**

"Female football was one of the things that was happening":
the struggles of women's football during the Brazilian
democratic transition (1977-1983)

Fernanda Ribeiro Haag

Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil
Doutoranda em História Social, USP
ferhaag@usp.br

RESUMO: O presente artigo tem como tema as mobilizações pela regulamentação do futebol de mulheres no Brasil. A intenção é compreender esse movimento como parte integrante da efervescência social e cultural e das lutas políticas ocorridas durante a transição democrática, com destaque para as pautas das mulheres e de grupos feministas. Partiu-se da perspectiva da História Social e de uma diversidade de fontes, incluindo jornais, revistas, depoimentos, leis e decretos. A imprensa como fonte histórica se destacou na pesquisa, por isso houve uma análise crítica para considerar a sua complexidade e desconstruir o mito da sua objetividade. Concluiu-se que as mobilizações em prol da regulamentação do futebol de mulheres foram importantes para a defesa da autonomia dos corpos das mulheres e um componente fundamental das lutas travadas durante o processo de distensão política da ditadura civil-militar.

PALAVRAS-CHAVE: Futebol de mulheres; Redemocratização; Regulamentação esportiva.

ABSTRACT: This article addresses the mobilizations for the regulation of women's football in Brazil. The aim is to understand this movement as an integral part of the social and cultural effervescence and political struggles that occurred during the democratic transition, with a focus on women's issues and feminist groups. It started from a perspective of Social History and a diversity of sources, including newspapers, magazines, testimonies, laws and decrees. The press was highlighted as a historical source, therefore a critical analysis was made to consider its complexity and deconstruct the myth of its objectivity. It is concluded that mobilizations in favor of the regulation of women's football were important for the defense of women's bodily autonomy and a fundamental component of the struggles during the process of political opening of the civil-military dictatorship.

KEYWORDS: Women's football; Redemocratization; Sports regulation.

INTRODUÇÃO

Adalzira Saiz Kavitskim, ou Zi, foi a primeira mulher registrada como jogadora na Federação Paranaense de Futebol. Jogava pela equipe do Tupinambá Futebol Clube e sonhava em ser futebolista.¹ O registro ocorreu em maio de 1983, porém, para que Zi conseguisse esse feito foi necessária muita mobilização em prol da regulamentação do futebol de mulheres.² Como já debatido, a modalidade foi oficialmente proibida por quase quarenta décadas, atrasando o seu desenvolvimento.

As proibições foram descritas pelo Decreto 3.199 de 1941 do Estado Novo e pela Deliberação nº 7, de 1965, do Conselho Nacional de Desportos (CND) na ditadura civil-militar. O famigerado Decreto 3.199 generalizava a proibição: “às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza”.³ Já a Deliberação nº 7, de 1965 afirmava “não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo aquático, polo, rugby, halterofilismo e baseball”.⁴

Mas “o mar da história é agitado” e as mulheres não saíram dos gramados e quadras e seguiram lutando pela autonomia de seus corpos. Tais mobilizações não se deram no vácuo, integravam-se e ajudavam a construir o contexto em que estavam inseridas. Não foi diferente na distensão política vivida durante o final da ditadura civil-militar até a redemocratização. Assim, descortina-se o objetivo desse artigo: compreender as mobilizações pela regulamentação do futebol de mulheres como parte integrante da efervescência social e cultural e das lutas políticas ocorridas durante a transição democrática, com destaque para as pautas das mulheres e de grupos feministas.

¹ Mulher quer registro na FPF. *Diário da Tarde*, Curitiba, 12 maio 1983, p. 6.

² A opção por utilizar prioritariamente a expressão “futebol de mulheres” no lugar de “futebol feminino” se dá pela concordância com as reflexões de Kessler sobre os termos: “Ao contrário da expressão ‘futebol feminino’, quando falo em futebol de mulheres, pretendo destacar as riquezas deste futebol, que está ainda a fazer-se e a definir-se. Dessa forma, ao invés de olhar este futebol a partir da subserviência ao futebol de homens, pretendo ressaltar sua diversidade e afirmá-lo antropologicamente.” KESSLER, C. *Mais que Barbies e Ogras: uma etnografia do futebol de mulheres no Brasil e nos Estados Unidos*, 2015.

³ BRASIL. Decreto-lei 3.199, 14 abr. 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país.

⁴ BRASIL. Deliberação CND nº 7/1965, 02 ago. 1965. Baixa instruções às Entidades Desportivas do país sobre a prática de desportos pelas mulheres apud SILVA. *Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1965-1983)*, 2015, p. 37.

Para isso, mobilizou-se uma diversidade de fontes: jornais, revistas, charge, leis e decretos, documentos do acervo do Sistema de Informações do Arquivo Nacional e depoimentos. A bibliografia pertinente ao tema também foi de suma importância. No amálgama de documentos históricos e material bibliográfico pesquisados foi feita uma *seleção* dos eventos históricos pertinentes ao tema do artigo e que foram organizados em uma narrativa histórica.

Cabe um destaque sobre as fontes oriundas da imprensa, já que foram quantitativamente bem utilizadas. O que segue uma tradição dos estudos sobre esporte, pois através de periódicos historiadores podem se debruçar sobre seus temas e acessar o passado futebolístico nacional.⁵ Só é relevante pontuar que a mídia no caso do futebol de mulheres tem historicamente uma responsabilidade na sua invisibilização e/ou na construção de imagens pejorativas da modalidade. Além disso, ao trabalhar com a imprensa, não se deve ter um olhar reducionista, considerando-a apenas um registro de acontecimentos. É preciso empreender uma análise crítica que dê conta da complexidade de suas articulações e desconstrua o mito da sua objetividade.⁶

Os acervos dos periódicos foram acessados virtualmente, pois estão digitalizados. Os jornais *Diário da Tarde*, *Diário do Paraná* e o *Mulherio*, assim como a revista *Manchete* foram acessados através da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. A revista *Placar* está com todas as suas edições no Google Livros e visualizou-se através desse local. Os diários *Folha de São Paulo* e *Estado de São Paulo* foram visualizados através dos sites próprios. Para a busca utilizaram-se palavras-chave, no início *futebol feminino*, mas buscando expandir o vocabulário também foram utilizadas variantes: futebol de mulheres, futebol de moças, futebol de garotas, time(s) de mulheres, jogo(s) feminino(s). Tudo isso considerando o recorte temporal estabelecido para a pesquisa (1977 a 1983).

O artigo é composto por três partes: 1) contextualização das lutas sociais durante a transição democrática e as mobilizações realizadas no âmbito do futebol de mulheres e como isso se articula; 2) o papel da imprensa feminista e de mulheres envolvidas na política em prol da regulamentação; 3) a publicação da Delibera-

⁵ HOLLANDA; MELO. *O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil*, p. 15.

⁶ CRUZ; PEIXOTO. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa, p. 260.

ção nº 01/83 do CND que finalmente regulamenta a modalidade e uma breve análise do texto; por último, seguem as considerações finais.

AS MOBILIZAÇÕES EM PROL DA REGULAMENTAÇÃO DO FUTEBOL DE MULHERES

O contexto do futebol de mulheres trabalhado aqui se localiza temporalmente no processo de transição da ditadura civil-militar para um regime de democracia liberal no Brasil. Silva determina como marco inicial, do processo denominado de abertura, o ano de 1974, a partir da vitória eleitoral do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a resposta dos militares com o *projeto Geisel-Golbery*, com objetivo de organizar a constitucionalização (não necessariamente uma redemocratização) do país, realizando uma *distensão lenta, gradual e segura*.⁷

Essa primeira etapa da transição se estenderia até 1982 e teve um maior controle do poder militar. A partir de 1982 até o efetivo fim da ditadura, o domínio decaiu e outros atores conseguem uma margem de atuação política muito maior: o movimento estudantil; o novo sindicalismo; associações de bairros; instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).⁸ O MDB atuava como oposição dentro da esfera política institucional e ainda havia uma pressão com a mudança na política externa estadunidense na presidência de Jimmy Carter.

Fontes complementa esse raciocínio ao classificar os anos 1980 não como uma década perdida,⁹ mas fundamental para a compreensão da atual sociedade civil brasileira, pois foi um contexto de ebulição da luta de classes. A historiadora destaca a emergência de movimentos sociais de forte cunho contra hegemônico e anticapitalista, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); outras formas associativas, como grêmios, organizações eclesiais etc.; Organizações Não Governamentais (ONGs), com crescimento elevado nesse contexto; e os partidos, destacando-se o Partido dos Trabalhadores (PT). É no bojo da disputa entre diferentes proje-

⁷ SILVA. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985, 2019.

⁸ FERREIRA. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática, p. 31-2.

⁹ FONTES. *O Brasil e o capital-imperialismo*.

tos sociais que alguns temas se popularizam na sociedade brasileira de maneira ampla, como *igualdade*, reformas sociais, dependência e dívida externa etc.

Durante a transição democrática há duas lutas sociais que merecem destaque: 1) as Diretas-Já; 2) pela Anistia. A primeira ocorreu em 1983 e 1984, após o deputado Dante de Oliveira apresentar uma emenda constitucional propondo a restituição das eleições diretas para presidente da República. Começou com pequenos comícios que cresceram muito e levaram multidões às ruas. Entretanto, a emenda foi vencida na votação e foi uma vitória para o projeto de transição controlada dos militares.¹⁰ A segunda foi a campanha pela Anistia iniciada em meados dos anos 1970 e se difere bruscamente da Lei da Anistia de 1979. Em 1975, o Movimento Feminino pela Anistia foi criado e contava, sobretudo, com mães e esposas de presos políticos e “desaparecidos”. A campanha cresceu e ganhou fôlego com a criação de comitês pela Anistia ao redor do Brasil. Contudo, foi frustrada pela aprovação da Lei da Anistia, que perdoava também os chamados crimes “conexos”, possibilitando o perdão aos torturadores e aos militares envolvidos com a repressão.¹¹

Apesar da frustração e das graves consequências da Lei da Anistia (vivenciadas até os dias atuais) há de se ressaltar um elemento dessa luta: a intensa mobilização das mulheres. Foram elas as responsáveis por criar o primeiro movimento e se mantiveram ativas na campanha. Não é à toa. Os anos 1970 e 1980 testemunharam uma forte articulação política das mulheres e dos feminismos. Existiam pautas sobre as relações familiares, sexualidade e a constituição de novas subjetividades e no início dos anos 1970, em centros urbanos, a prática de “grupos de consciência” se consolidou no Brasil. Esses grupos foram a base para o movimento da Libertação da Mulher. As reflexões partiam das vivências das mulheres e o famigerado mote “o pessoal é político”, tão caro ao que se convencionou chamar de Segunda Onda do Feminismo, era central.¹²

Na luta das mulheres o ano de 1975 é deveras significativo. Em termos globais, a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu-o como o Ano Internacional da Mulher. No Brasil se realizou o evento “O papel e o comportamento da mulher

¹⁰ FICO. *História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais*, 2015, p. 103-4.

¹¹ FICO. *História do Brasil contemporâneo*, p. 98-9.

¹² PEDRO. *Mulheres*, p. 170.

na realidade brasileira”, com patrocínio da ONU. Fundou-se o Centro da Mulher Brasileira, no Rio de Janeiro, servindo de modelo para o surgimento de outros centros pelo país. A imprensa de mulheres ou feminista passou a se articular. De 1975 a 1980, foi publicado o periódico *Brasil Mulher*. Em anos seguintes, outras publicações surgiram: o *Nós Mulheres* (de 1976 a 1978) e o *Mulherio* (1981 a 1988). Eram exemplos de engajamento e demonstravam subversão a uma ordem hegemonicamente machista.¹³

Portanto, muitas campanhas, durante as décadas de 1970 e 1980, eram mobilizadas por grupos de mulheres¹⁴ e/ou grupos que se intitulavam feministas e estavam no debate público. Contudo, não é possível afirmar que a maioria das mulheres se reivindicava feminista, o termo ainda passava por uma desqualificação. Mas todas as mulheres acompanhavam, seja através dos meios de comunicação, da política ou das expressões culturais e artísticas, as demandas organizadas pelos distintos¹⁵ feminismos.¹⁶

O futebol de mulheres faz parte da efervescência social brasileira durante a transição democrática, de toda essa mobilização política e cultural e do engajamento de mulheres e de grupos feministas em torno de suas demandas. A participação do futebol de mulheres nesse contexto possui pauta própria: a regulamentação da modalidade. Almeida utiliza a expressão “Anistia ao Futebol Feminino” para caracterizar a luta pela regulamentação.¹⁷ As futebolistas buscavam uma anistia ampla, geral e irrestrita e na interpretação irônica de Almeida o fato punível (para que se precisasse pedir perdão/anistia) do futebol de mulheres seria, seguindo a lógica das proibições, ter ido contra a própria natureza do corpo de mulher. Na realidade, essa pauta se colocava contra a restrição à autonomia das mulheres sobre seus corpos. Além disso, o termo Anistia se conectava diretamente com as lutas empre-

¹³ PEDRO. Mulheres, p. 171.

¹⁴ Os movimentos de mulheres não podem ser totalmente dissociados dos movimentos feministas, mas é fundamental reter qualquer forma de sua especificidade. São movimentos organizados a partir da própria condição dessas mulheres, como de dona-de-casa, esposa, mãe. Como exemplos temos os coletivos contra a carestia e os clubes de mães.

¹⁵ É importante enfatizar que o movimento feminista neste contexto não era homogêneo, mas construído por vertentes distintas. Pode-se falar de feminismos. Sobre esse tema conferir: PINTO, C. *Uma história do feminismo no Brasil*.

¹⁶ PEDRO. Mulheres, p. 172.

¹⁷ ALMEIDA. *Do sonho ao possível: projeto e campo de possibilidades nas carreiras profissionais de futebolistas brasileiras*, p. 103-4.

endidas no Brasil e demonstrava a relação com as discussões feministas e de grupos de mulheres daquele contexto.

Isso quer dizer que todas as mulheres envolvidas na demanda pela regulamentação, jogadoras ou não, consideravam-se feministas? Com certeza, não. Esses possíveis entrelaçamentos eram mais complexos. Silva traz a fala de Neneca, do time do Corinthians do Parque, em entrevista para *A Gazeta Esportiva*, em 1982, que deixa explícito esse afastamento. O jornal perguntou se ela era feminista e a resposta foi: “Não. Sou contrária a movimentos feministas. Adoro sair com o meu namorado, faço questão que ele abra a porta do carro, fico feliz quando ele acende meu cigarro. Sou romântica, aprecio ver a lua. Mas adoro o futebol”.¹⁸

Dona Guiomar, jogadora do Atlântico Futebol Clube, time amador de Curitiba, distanciava-se, de maneira ambígua, dos feminismos. A sua equipe anunciava no *Diário do Paraná*, que procurava adversárias para amistosos. As mulheres da Escola de Educação Física ensaiaram topar o desafio, contudo, desistiram, segundo o jornal, por “ciuminho” dos namorados. A resposta de Guiomar foi: “Afim, porque falam tanto por aqui nessas estórias de movimentos feministas, se nem se libertar para um joguinho de mulheres sabem”.¹⁹ Ela trata o movimento feminista como algo distante, outras falando disso, mas não ela. Contudo, ao insinuar a contradição das universitárias, supostamente ligadas a essas pautas, mas que estavam abdicando de uma atividade para atender ao desejo dos homens, Guiomar também acaba endossando ao menos uma ideia de autonomia defendida pelas feministas. Sua companheira de time, Ziza, é mais enfática:

Se houver em Curitiba algum grupo de mulheres, realmente dispostas a aceitar este convite, entrem em contato com DP nos Bairros, do *Diário do Paraná*. Nós faremos uma partida de nível para mostrar que este tipo de esporte não é coisa só para homens. Sejam corajosas. Desliguem-se dos ciuinhos de maridos, noivos e namorados e procurem a gente. Estamos prontas para isto.²⁰

Ao falar claramente que o futebol não é uma prática somente dos homens, Ziza reivindica às mulheres no esporte a condição de sujeitos e mobiliza transfor-

¹⁸ Mulher: o amor em campo. *A Gazeta Esportiva* apud SILVA. *Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista*, p. 86.

¹⁹ O desafio feminino está sem resposta. Vila Tapajós. *Diário do Paraná*. Curitiba, 02 jul. 1975, p. 5.

²⁰ O desafio feminino está sem resposta. Vila Tapajós. *Diário do Paraná*. Curitiba, 02 jul. 1975, p. 5.

mações nas relações de gênero do campo esportivo. Portanto, ainda que muitas das mulheres envolvidas com o futebol não se identifiquem como feministas, ou também reproduzam normas de gênero em algum grau, ao entrarem em campo e reclamarem seu espaço ali já subvertem a ordem patriarcal estabelecida e demandam controle e autonomia sobre os seus corpos, estabelecendo práticas feministas.

Como falado, o futebol de mulheres durante a transição democrática e ao longo dos anos 1980 se conectava diretamente à efervescência social brasileira. Dessa forma, estava presente em grupos organizados da sociedade civil e, concomitante, também se organizava coletivamente em defesa da regulamentação e depois da valorização da modalidade. Alguns eventos podem elucidar tal processo. No Dia do Trabalhador de 1977, a Associação Esportiva Cotrasa, constituída pelos trabalhadores/as do comércio de Curitiba, organizou um torneio de futebol de salão em homenagem à efeméride. As equipes eram formadas por funcionárias da empresa Cotrasa, ligada à indústria automobilística.²¹ Por mais que tais jogos ocorressem em um ambiente festivo, não ligado diretamente a competições é relevante que mulheres estivessem ocupando esses campos.

Os dois próximos casos ocorreram no Rio de Janeiro. Na Zona Norte da capital fluminense, em 1978, surgiu o jornal *Hora Extra* com a intenção de “dar cobertura aos nossos bairros em suas necessidades”.²² Havia uma preocupação em relatar as mais distintas experiências dos bairros, desde os problemas até as vivências culturais, passando pela divulgação de emprego e das atuações sindicais e de diferentes categorias profissionais. Era um jornal popular, comunitário e voltado para a classe trabalhadora da Zona Norte carioca.

Havia a página específica sobre esporte, com a coluna *Futebol nos Subúrbios*. A intenção era promover o esporte no subúrbio, divulgando torneios, times etc. Na edição número 6 do jornal, de outubro de 1978, foi noticiada a III Olimpíada do Conjunto Habitacional do Itararé, localizado na Estrada do Itararé. Os organizadores afirmavam que a olimpíada era uma forma de unir os moradores e uma maneira da comunidade expressar a necessidade de uma área de lazer e um espaço físico

²¹ Futebol Feminino na Cotrasa. *Diário da Tarde*, Curitiba, 30 abr. 1977, p. 2.

²² Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Dossiê Movimento Operário, mar. 1978. Fundo: Política Operária. (Sistema de Informações do Arquivo Nacional).

maior para viverem. O futebol de mulheres se fez presente no evento e teve destaque, pois o jogo de abertura da olimpíada foi justamente uma partida entre os times As Panteras e Feito na Hora. O jogo ocorreu às 12h do dia 7 de outubro e o Feito na Hora venceu a disputa.

A segunda aparição do futebol de mulheres ocorreu na décima edição do Hora Extra, em março de 1979, ao falar do Grêmio Recreativo e Bloco Carnavalesco Dragão de Camará, composto, em sua maioria, por moradores do Conjunto Residencial Santa Cruz. A quadra do bloco tinha uma importância comunitária, abrigava vários outros eventos, como Assembleias de Moradores do Conjunto Santa Cruz. Além disso, o vice-presidente da agremiação, Édio Ramalho da Silva, informou ao jornal que fora da época do carnaval várias outras atividades eram desenvolvidas, partidas de futebol era uma delas, o que valia para “homens e moças”.²³ Ou seja, mulheres participavam da comunidade do bloco e jogavam futebol.

Em Pernambuco, realizou-se em 1980 o I Congresso Estadual de Futebol Feminino, com mais de vinte equipes participantes de futebol de campo ou salão. O encontro, de acordo com o *Diário da Tarde*, contou com o patrocínio do Banco do Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (BANDEPE), foi organizado por Maria do Carmo Nóbrega, a Carminha, e Ivani Barbosa do time Coisinha do Pai e objetivava:

Conseguir a igualdade junto ao futebol masculino e todos os desportistas, de onde esperam muito respeito e compreensão, são outros firmes propósitos de Coisinha do Pai, Divinas e Maravilhosas, Realce, Timbuzetes, Garotas do Parque, apenas algumas das agremiações que pretendem discutir, também, a formação de uma futura seleção pernambucana de futebol feminino.²⁴

O *Estado de São Paulo* complementa informando que o congresso visava nas palavras de Carminha “solidificar o futebol feminino e acabar com a mania de nós, mulheres, sermos vistas apenas como objeto visual no esporte de campo”²⁵ e a intenção era contar com palestras de médicos, sociólogos, preparadores físicos, advogados e treinadores; esboçar e planejar a criação de uma liga ou federação feminina e o primeiro Campeonato do Grande Recife, com apoio até da CBF; elaborar

²³ Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Dossiê Movimento Operário, out. 1978. Fundo: Política Operária. (Sistema de Informações do Arquivo Nacional).

²⁴ O futebol para as mulheres e a classe amadora. *Diário da Tarde*, Curitiba, 29 dez. 1980, p. 7.

²⁵ No Recife, luta do futebol feminino. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 14 set. 1980, p. 50.

um documento endereçado ao CND reivindicando a regulamentação do futebol de mulheres. Contudo, o Congresso não teve o alcance almejado, o público foi muito menor do que o esperado. Mas na visão de Carminha, o saldo final ainda foi positivo, pois houve a escrita do documento e o conhecimento de saber com quem poderia contar nessa empreitada.²⁶

O Congresso demonstra uma articulação política de atletas contra a desigualdade de gênero e em prol da regulamentação. Também descentraliza o olhar do eixo Rio-São Paulo permitindo destacar o circuito do futebol de mulheres em outras regiões. De acordo com o *Estado de São Paulo*, a prática futebolística assumiu naquele contexto uma importância grande em Recife e cidades vizinhas, mobilizando, sobretudo, a juventude. Os principais times eram o Coisinha do Pai, que treinava na Base Aérea do Recife (em plena ditadura civil-militar), e o Coração de Leão, ligado ao Sport Club do Recife, mas é importante citar também: Nápoles, Água Viva, Garotas do Parque, Palmares, Patotinha, Panteras, Escolinha, Vasco, Juventus do Cabo, João Pessoa, Divinas e Maravilhosas, Realce, Timbuzetes. Enfrentavam-se nos mais distintos espaços, como campos de praia e até mesmo na Ilha do Retiro, estádio do Sport,²⁷ contrariando firmemente a proibição que tinha uma preocupação com o uso de estádios profissionais por times de mulheres.

Há histórias interessantes sobre o amadorismo e o semiprofissionalismo das equipes. O Água Viva dava uma ajuda de custo às suas atletas de Cr\$100,00 semanais,²⁸ atletas mais pobres do Coisinha do Pai também recebiam esse valor e alguns outros times davam prêmios em vitórias e empates. O Coração de Leão fez uma negociação para que Jacy, ponta-esquerda do Juventus do Cabo, fizesse parte do seu plantel. Ofereceu um cargo na secretaria do Sport, como auxiliar de escritório, para ganhar um salário mínimo. Nas palavras dela: “Aceitei o convite do Sport porque ganhei um emprego e maior segurança. Se fosse homem seria jogador de futebol. Infelizmente, nesse caso, sou mulher”.²⁹ A fala escancara a barreira de acesso de gênero existente para o exercício de uma profissão. Assim, as mulheres

²⁶ Fracassa o congresso das mulheres. O *Estado de São Paulo*, São Paulo, 18 dez. 1980, p. 28.

²⁷ No Recife, luta do futebol feminino. O *Estado de São Paulo*, São Paulo, 14 set. 1980, p. 50.

²⁸ Daria aproximadamente Cr\$400,00 mensais, o salário mínimo em 1980, de acordo com o Decreto nº 84674 era de Cr\$3436,80, em Recife. Ou seja, a ajuda de custo era quase 10 vezes menor que o salário mínimo.

²⁹ No Recife, luta do futebol feminino. O *Estado de São Paulo*, São Paulo, 14 set. 1980, p. 50.

precisavam lutar pela regulamentação da modalidade e que essa regulamentação garantisse também o acesso e a criação de um mercado de trabalho, através da adoção do profissionalismo.

Em 1981 o ditador João Figueiredo recebeu em sua correspondência institucional o Relatório Geral de Atividades da Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Nova Hamburgo (FEEVALE) referente ao ano de 1980. No relatório constam as ações de extensão realizadas pela Escola de Educação Física. Entre elas se destaca o evento de futebol feminino, organizado pelo professor Benno Becker Júnior: o II Festival de Futebol Feminino, aberto para equipes organizadas da comunidade em geral. Segundo o relatório, o festival atraiu inúmeras pessoas e chamou a atenção da imprensa. As revistas *Veja*, *Placar* e *Fatos e Fotos*; os jornais *Jornal do Brasil*, *Zero Hora*, *Folha da Tarde*; e as televisões Gaúcha e Difusora noticiaram o evento.³⁰

O futebol de mulheres não aparecia somente nos segmentos institucionais das universidades, também marcava presença nas atividades do movimento estudantil, como aconteceu em Viçosa. Em 1981, o reitor da UFV enviou um informe confidencial para a Divisão de Serviço e Informação do Ministério da Educação relatando a atuação do DCE da universidade e denunciando a publicação do jornal *A Gazeta Universitária*, no qual se criticava abertamente a administração da universidade e a ditadura. No periódico dos estudantes também havia a coluna “Como vai a Diretoria?”, em que a gestão fazia um breve balanço das ações realizadas. Entre elas havia um jogo de futebol: “outra atividade proposta para o mesmo dia (15/11) foi o sensacional futebol feminino, um verdadeiro show de pernas e tornozelos para brindar o fechamento das aulas com os times BACANA F.C X ME APERTA E.C. (Bom(as) não?)”.³¹

O estado de Minas Gerais foi importante para pressionar pela regulamentação da modalidade. O *Diário da Tarde* noticiou, em 1981, as ações das torcidas organizadas de Cruzeiro e Atlético para a realização de um jogo entre as suas integrantes no estádio do Mineirão. Foi enviado um *telex* ao General Cesar Montagna, presidente

³⁰ Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência particular recebida – Governo Figueiredo. 25 maio 1981. Fundo: Gabinete Pessoal do Presidente da República. (Sistema de Informações do Arquivo Nacional).

³¹ Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Divisão de Segurança e Informações. 24 nov. 1981. Fundo: Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal. (Sistema de Informações do Arquivo Nacional).

do CND, solicitando a autorização para realizarem uma preliminar do clássico mineiro. Argumentaram que já são realizadas partidas clandestinas no estado e que tal programação seria mais uma atração. Ademais, reclamam a regulamentação do futebol de mulheres. Para isso realizaram no Centro de Defesa da Mulher uma reunião para planejar uma manifestação pedindo apoio em torno dessa pauta.³²

O *Diário da Tarde* não noticiou se a manifestação efetivamente ocorreu e o desfecho sobre a solicitação para realizar a preliminar. Contudo, a revista *Manchete* informou que a autorização não foi dada e 14 times de Belo Horizonte fizeram um abaixo-assinado de protesto contra a proibição do jogo. Além disso, traz informações sobre o circuito de futebol de mulheres da região:

As mineiras querem se profissionalizar. São estudantes, domésticas, professoras e secretárias, que nos fins de semana vestem a camisa de um clube amador e jogam nos campos improvisados da periferia de Belo Horizonte. Só na capital são mais de 3 mil moças, entre 15 e 34 anos, que optaram pelo futebol por uma questão de gosto.³³

Não são especificadas as fontes desses números, entretanto, considerando as duas reportagens e as ações realizadas pode-se afirmar que o futebol de mulheres em Minas Gerais era uma realidade e lutava pela sua consolidação. A *Manchete* ainda afirma que os times mais envolvidos na luta pela “legalização do esporte” eram: Camisa 12, Racing Futebol Clube, CSF, Onze Corações, Bandeirantes e Panterloco. O Camisa 12 chegou a fazer um amistoso com o Esporte Clube Radar, do Rio de Janeiro. Sônia, do Camisa 12, demonstrou confiança na regulamentação naquele contexto: “temos mais força e apoio”.³⁴

Com relação à formação do circuito do futebol de mulheres em Minas Gerais, Ribeiro aponta a importância da várzea nesse processo e da proliferação de ideias de emancipação feminina. Há o crescimento da participação das mulheres nos times de várzea, como dirigentes ou torcedoras e também há a criação de equipes femininas. Destaca-se o Panterloco, formado da união dos times Panteras e Locomotiva, ainda nos anos 1970 e composto majoritariamente por atletas jovens e negras, oriundas do bairro Concórdia, de tradição operária e popular. Havia ou-

³² Legalização no setor feminino. *Diário da Tarde*, Curitiba, 30 set. 1981, p. 7.

³³ Mulheres no futebol: de olho na Copa. Revista *Manchete*, Rio de Janeiro 15 dez. 1982, p. 138.

³⁴ Mulheres no futebol: de olho na Copa. Revista *Manchete*, Rio de Janeiro 15 dez. 1982, p. 138.

tras também: a Ferroviária surgiu de torcedoras do time de homens; o Camisa 12, ligado às torcedoras do Cruzeiro; o Vila Olímpica do Atlético, associado ao clube de lazer do Atlético-MG.³⁵

O time do Camisa 12 além de excursionar no interior do estado e participar de festivais, campeonatos e amistosos para manter um calendário contínuo, em 1983, finalmente conseguiu realizar uma preliminar no estádio do Mineirão, antes de Cruzeiro e Guarani, tornando-se o primeiro time de mulheres a jogar naquele gramado. A partida aconteceu uma semana antes da regulamentação do futebol de mulheres ser efetivada e é um marco relevante na luta pela regulamentação. Ademais, foi campeão invicto da Taça Torneio do Povo, promovido pela prefeitura de Belo Horizonte e a Belatour, com a participação de 49 equipes.³⁶ Ressalta-se aqui a realização de um campeonato com quase 50 times de mulheres em Belo Horizonte.

O 1º Festival Mulheres nas Artes, de 1982, realizado em São Paulo, foi um marco na efervescência que vivia o futebol de mulheres nos anos 1980. A atriz Ruth Escobar organizou e investiu financeiramente na realização do evento que teve apresentações de teatro, música, fotografia etc. A divulgação do festival foi feita por coletivos feministas e contou até com peças publicitárias publicadas pela Editora Abril. O fechamento da programação era um jogo de futebol entre as seleções femininas de São Paulo e Rio de Janeiro no estádio do Morumbi, como preliminar de um Corinthians e São Paulo.³⁷

A CBF amparada na brecha deixada pela Deliberação nº 10/79 quis proibir a partida, com o argumento de que a ausência de regulamentação do futebol feminino não permitia a realização de jogos em estádios oficiais e/ou de times profissionais. Houve uma repercussão e Ruth Escobar, junto com jogadoras como Rose do Rio, e jogadores como Sócrates e Casagrande, foram pressionar para que o prélio ocorresse. A organização do evento impetrou um mandado de segurança argumentando que seria uma atração de promoção do futebol feminino, junto com isso e a ameaça de que 5 mil feministas entrariam no Morumbi, impossibilitando o clássico

³⁵ RIBEIRO. *A várzea e a metrópole: futebol amador, transformação urbana e política local em Belo Horizonte (1947-1989)*, p. 168-73.

³⁶ RIBEIRO. *A várzea e a metrópole*, p. 168-73.

³⁷ SILVA. *Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista*, p. 95.

dos homens, a partida foi liberada.³⁸ Helena Pacheco, uma das jogadoras da Seleção Carioca, comenta sobre aquele dia:

Nós íamos jogar dois tempos de 35 minutos, mas como havia a proibição, a confusão aconteceu ficando 20 minutos de primeiro tempo e 20 minutos de segundo tempo. Assim, não era caracterizado como um jogo de futebol, mas como uma demonstração. A TV Globo fez a cobertura e foi a primeira vez que dois times iam entrar em um templo, no caso o Morumbi. Foi muito marcante para mim, ganhamos de 4x0 e eu fiz dois gols.³⁹

O relato demonstra a grande visibilidade que o evento proporcionou para a modalidade e os artifícios que precisaram ser mobilizados, como a alegação de que seria apenas uma demonstração e não um jogo competitivo. Assim, com toda a pressão e mobilização houve futebol de mulheres no Morumbi. Mas não sem consequências. Dias depois a CBF enviou uma circular às Federações Estaduais enfatizando que partidas de mulheres não poderiam ser realizadas em estádios oficiais. O São Paulo, como era o mandante do clássico, foi obrigado a pagar uma multa de 16 salários mínimos.⁴⁰

Rose do Rio (Roseli Filardo) foi personagem importante para a realização do jogo no Morumbi e para a modalidade como um todo. É uma das pioneiras do futebol de mulheres no Brasil e um dos nomes mais emblemáticos quando nos referimos à luta pela regulamentação. Curitibana de nascimento, além de jogadora, também tinha formação em Direito e Artes Dramáticas. A perspectiva jurídica sempre aparecia em sua argumentação contra a proibição vigente, considerada por ela, inconstitucional. Jogou futebol de praia no Rio de Janeiro nas equipes do American Denim, Acisul, Radar e Beija-Flor e também atuou em equipes do futebol de campo de São Paulo. Rose possuía uma atuação política bastante participativa. Em entrevista foi bem clara sobre a relação do futebol de mulheres com o Brasil da transição democrática: “Era a época que nós estávamos lutando para que a gente tivesse voto para presidente. Então, tudo isso estava acontecendo. E o futebol feminino era uma das coisas que estava acontecendo”.⁴¹

³⁸ ALMEIDA. “Boas de bola”: um estudo sobre o ser jogadora de futebol no Esporte Clube Radar durante a década de 1980, p. 55-6.

³⁹ GOELLNER; CABRAL. *As pioneiras do futebol pedem passagem*, p. 190.

⁴⁰ SILVA. *Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista*, p. 100.

⁴¹ SORYS. Rose do Rio, técnica de futebol, parte 1. Canal Sorys Gabriela, 04 set. 2011.

Ademais, foi fundadora e presidenta da Associação de Futebol Feminino do Rio de Janeiro. Em 1988, participou do congresso de fundação da Confederação das Mulheres do Brasil (CMB), realizado no Anhembi em São Paulo, entre os dias 1 e 3 de julho. O Congresso teve uma ampla mobilização de movimentos sociais, partidos e coletivos organizados. Em pauta inúmeros temas da realidade das mulheres brasileiras: educação, igualdade, saúde, programas sociais, trabalho, negritude, cultura, sexualidade etc. Rose consta na ata do congresso de fundação como “Presidente da Federação de Futebol Feminino/RJ”.⁴² Além disso, desenvolveu a primeira “escolinha” de futebol feminino de São Paulo, junto à Secretaria de Esportes e foi a primeira mulher registrada na Associação Brasileira dos Treinadores de Futebol.

IMPrensa FEMINISTA E POLÍTICA

A imprensa feminista cresceu e ocupou um espaço de relevância no Brasil durante os anos 1970 e 1980. De acordo com Freitas, essa imprensa se destacava como uma força significativa na construção de uma sociedade justa e igualitária e tornava pública questões até então consideradas do âmbito privado. Assim, temas como divisão sexual do trabalho, o cuidado, participação política de mulheres, violência de gênero etc. adentraram mais fortemente no debate público. Lembrando que a imprensa feminista não é homogênea, os jornais publicados representam diferentes interpretações feministas, isto é, são um pedaço das expressões daquele momento.⁴³

Vários periódicos surgiram, um deles foi o *Mulherio*. Concebido inicialmente por um grupo de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, de São Paulo, interessadas no estudo da condição feminina no Brasil. Foi publicado de março de 1981 até julho de 1988. Passou por três fases: 1) de março de 1981 a setembro de 1983, com 15 números publicados; 2) de 1984 a 1988, há a saída da publicação da Fundação Carlos Chagas e foram divulgados 24 números; 3) em 1988 passou a se chamar Nexo, Feminismo, Informação e Cultura, com uma abordagem mais cultural e

⁴² Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Congresso de Fundação da Confederação das Mulheres do Brasil (CMB). 12 ago. 1988. Fundo: Serviço Nacional de Informações. (Sistema de Informações do Arquivo Nacional).

⁴³ FREITAS. *Feminismos na imprensa alternativa brasileira: quatro décadas de lutas por direitos*, 2018.

diminuição considerável das pautas políticas e também ficou sem o subsídio da Fundação Ford, dificultando a continuidade do periódico.⁴⁴

Ainda que o esporte não fosse a pauta central do jornal, encontramos algumas menções. A primeira em 1982, justamente comentando sobre as consequências do jogo do Festival Mulheres nas Artes. Uma nota intitulada “Fora de campo” criticava ironicamente a situação logo no começo do texto: “Em lugar de homem, mulher não entra”. Depois informava que a CBF enviou comunicado às federações estaduais proibindo de cederem campos oficiais para partidas de mulheres. Em seguida abordava o protesto das mulheres com relação à proibição e a existência de times femininos, citando o Beija-Flor, de Rose do Rio. Finalizava com a afirmação “Mulher e futebol são coisas que já começam a aparecer juntas”, contrapondo a ironia inicial.⁴⁵

A segunda aparição foi em 1984, a reportagem “De Atenas a Los Angeles” ocupa duas (das vinte e três) páginas do jornal, assinada por Adélia Borges e traça um panorama da participação das mulheres, sobretudo, das brasileiras nos Jogos Olímpicos. Faz uma crítica firme à marginalização delas no esporte, desde o início das Olimpíadas, questiona discursos tradicionais usados para legitimar a exclusão, como os argumentos médicos de corpos mais frágeis, mas pinta um cenário positivo para o presente e, sobretudo, para o futuro. Traz a história de algumas atletas de sucesso, Hortência do basquete, Isabel do vôlei e Conceição do atletismo. Há um espaço reservado para falar do futebol também:

No futebol, as mudanças são sensíveis. Até o ano passado, o Conselho Nacional de Desportos *proibia* a prática do futebol feminino, sob a alegação do ex-presidente Giulite Coutinho de que a “mulher é muito frágil para um esporte tão violento”. Nos anos 70, a polícia carioca chegou a ameaçar de interdição os clubes onde se praticasse futebol feminino. Mesmo assim, a prática foi se difundindo rapidamente, das “peladas” da praia e do subúrbio até os grandes clubes. [grifo do autor].⁴⁶

O trecho recorda a proibição para destacar que houve um desenvolvimento e mudanças após a regulamentação. Relembra também a importância dos times

⁴⁴ FREITAS. O jornal *Mulherio* e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista, 2014, p. 149-66.

⁴⁵ Fora de campo. *Mulherio*. São Paulo, 1982, p. 23.

⁴⁶ BORGES. De Atenas a Los Angeles. *Mulherio*, 1984, p. 14-5.

amadores da praia e o subúrbio para a modalidade. Logo em seguida traça um breve panorama do futebol de mulheres naquele contexto: “hoje existem cerca de 3000 times espalhados pelo país, e 1615 jogadoras registradas só na Federação de Futebol do Rio de Janeiro”. Não se sabe as fontes dos dados, contudo, registra-se o anseio por demonstrar a existência da prática futebolística das mulheres.⁴⁷

Adélia Borges destaca ainda o Esporte Clube Radar, sua viagem vitoriosa para a Espanha, a conquista do bicampeonato da Taça Brasil de Futebol Feminino e alega que as jogadoras ganhavam “60 mil cruzeiros por mês”. Não se sabe ao certo a fonte desse valor – Borges diz ao final da reportagem que as informações em geral foram cedidas pela *Placar*, Globo Repórter e a repórter Regina Echeverria – e se ele era válido para todas as jogadoras, mas apenas para grau comparativo, de acordo com o Decreto nº 89.589, de 26 de Abril de 1984, o salário mínimo estava estipulado em Cr\$97176,00. Ou seja, elas ganhariam menos do que um salário mínimo. Por fim, registra-se o apoio da FIFA para a realização da I Copa do Mundo Feminina, em julho de 1985, provavelmente no Havaí.⁴⁸

A terceira aparição é a reportagem de uma página “Mulher não entra ainda”, assinada por Rosali Figueiredo de 1987. O foco não são as jogadoras ou os times formados por mulheres, mas o desafio enfrentado pelas jornalistas na cobertura esportiva. Além de buscarem ocupar um espaço marcadamente masculino, ainda mais nos anos 1980, enfrentam deboche e críticas dos colegas homens e precisam lidar com as entrevistas nos vestiários com os jogadores. A matéria aborda o caso das jornalistas Denise Breuer, Betize Assunção e Regiani Ritter, pioneira do jornalismo esportivo.⁴⁹ É uma pauta interessante e bastante atual para problematizar o lugar da mulher no futebol, além das quatro linhas. Ao final da página foi publicada uma charge do Henfil.

Henrique de Sousa Filho, o Henfil, dispensa maiores apresentações. Vale apenas apontar que além da sempre lembrada atuação política também abordou diretamente o futebol em sua produção, com destaque para sua atuação no *Jornal*

⁴⁷ BORGES. De Atenas a Los Angeles. *Mulherio*, 1984, p. 15.

⁴⁸ BORGES. De Atenas a Los Angeles. *Mulherio*, 1984, p. 15.

⁴⁹ FIGUEIREDO. Mulher ainda não entra. *Mulherio*, 1987, p. 19.

dos *Sports* e na revista *Placar*.⁵⁰ Sobre a charge acima, o humor político característico do cartunista se faz presente através da contradição exposta. As personagens carregam um fardo pesado, mas se posicionam contra mulheres jogando bola, pois seria justamente “muito pesado”. Mesmo não declarando explicitamente é demonstrado o apoio de Henfil à prática futebolística das mulheres e, mais ainda, a crítica aos detratores e aos discursos falsos utilizados para amparar a proibição ou a marginalização das mulheres no futebol. A publicação da charge em um periódico da imprensa feminista também é coerente com a produção de Henfil na imprensa alternativa daquele contexto.

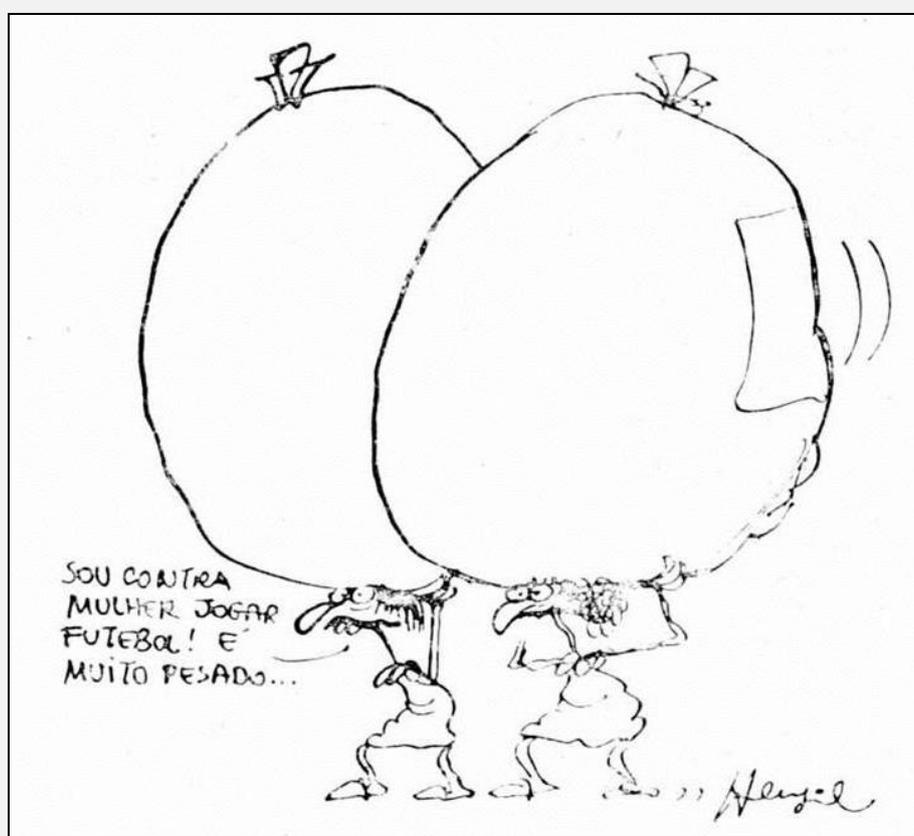


Figura 1 - Charge do Henfil sobre mulher e futebol.
Fonte: FIGUEIREDO, Rosali. *Mulher ainda não entra. Mulherio*, p. 19.

Ainda sobre a imprensa feminista com pautas sobre o futebol, Silva recuperou dois textos escritos pela jornalista e militante Ireda Cardoso na coluna *Feminismo* do jornal *Folha de São Paulo*. Em um deles Cardoso informava o interesse da en-

⁵⁰ Para maiores informações sobre a produção de Henfil e o futebol cf: PESSOA. *Humor, futebol, política e sociedade nas charges do "Jornal dos Sports": um estudo comparativo entre as obras de Lorenzo Molas (1944-1947) e Henfil (1968-1973)*, 2013, p. 1-207.

tão ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, em solucionar o problema da proibição, pois seria inconstitucional e “envergonha(va) o país”.⁵¹ Era um apoio de-
veras significativo para a pauta. Porém, não foi a primeira e nem a única vez que po-
líticas se envolveram no debate da regulamentação. A *Placar*, em 1981, trouxe a fala
da deputada Heloneida Studart, em resposta aos detratores do futebol de mulheres:

Estou com as mulheres que se dispõem a jogar futebol, seja por lazer ou
profissionalismo. Precisamos acabar com essa história dos homens ad-
ministrarem nossos bens, marcarem nossos domicílios, interferirem na
nossa individualidade. Chega desses democratas de palanque e desses
tiranos de cama e mesa!⁵²

Studart foi escritora, jornalista, feminista, na época da matéria era deputada
estadual pelo MDB. Em 1988 ajudou na fundação do PSDB e no ano seguinte en-
trou no PT. Fez parte da Assembleia Constituinte, no chamado “lobby do batom”,
cujo lema era “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”.⁵³ Ou seja, foi
uma militante bem participativa e atuante nas pautas feministas e não negligenci-
ou o futebol, pois demonstrou seu apoio àquelas que queriam jogar bola, como
profissão ou como lazer.

O apontamento sobre o profissionalismo é bastante pertinente, pois Stu-
dart assinalava não somente a necessidade de regulamentar a prática, mas torná-la
uma profissão possível às interessadas. Inseriu a proibição no conjunto de opres-
sões que as brasileiras sofriam e que “interferiam na nossa individualidade”. Tam-
bém enunciou uma crítica feroz aos homens e os poderes que exerciam sobre as
mulheres, seja nos bens, nos domicílios ou nos palanques. Quando fala dos tiranos
de “cama e mesa”, pode-se inferir que é uma referência à uma de suas obras mais
famosas, *Mulher, objeto de cama e mesa*, editada na década de 1970 e leitura obri-
gatória da militância feminista desse contexto. Studart ganhou na *Placar* uma du-
pla de ataque à proibição, a também deputada e atriz Bete Mendes.

Quatro dias após a regulamentação finalmente ser publicada no Diário Ofi-
cial, Mendes escreveu a coluna “A mulher entra em campo”. Ela havia tomado pos-

⁵¹ CARDOSO. Deixem que as mulheres joguem, seus machistas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 04 jan. 1983, p. 26.

⁵² TAKIZAWA. As mulheres atacam. *Revista Placar*, São Paulo, 18 set. 1981, p. 33.

⁵³ CUNHA. Uma escritora feminista: fragmentos de uma vida, 2008, p. 271-6.

se como deputada federal (PT) apenas dois meses antes. Mas já possuía uma caminhada política intensa. Militou no movimento estudantil e integrou a VAR-Palmares na luta armada.⁵⁴ Chegou a ser presa e mesmo após a liberação precisava se apresentar ao DOPS frequentemente. Atuou em diferentes peças de teatro, na TV Tupi, Bandeirantes, TV Cultura e na Globo, no cinema filmou “Eles não Usam Black-Tie”. Também foi deputada Constituinte, Secretária da Cultura do *Estado de São Paulo* e Presidenta da Fundação de Artes do Estado do Rio (FUNARJ). O texto se inicia da seguinte forma:

No momento em que o Conselho Nacional de Desportos acaba de oficializar o futebol feminino, sinto-me orgulhosa de ver que, também neste palco, a mulher começa a se afirmar e ocupar o seu espaço. Não pensem que o uso da palavra “palco” tem algo a ver com a minha condição de atriz profissional. Na verdade, acho mesmo que há muita coisa em comum entre futebol e teatro. Principalmente quando analisados no contexto da luta que nós, mulheres, travamos diariamente para fazer valerem nossos direitos.⁵⁵

Mendes vibra com a regulamentação e logo em seguida faz uma equivalência entre futebol e teatro e um dos pontos de encontro seria justamente a luta travada pelas mulheres para poderem ocupar tais espaços. Em sua argumentação segue aproximando o jogo de bola das peças e espetáculos teatrais, pois existiriam para entreter as pessoas e são caracterizados pelas manifestações emocionais. Em seguida, recorda da centralidade do futebol para a formação histórica brasileira, reconstruindo a trajetória de ídolos como Pelé e Garrincha e a discriminação que ocorria nos primórdios do esporte, tanto das classes populares quanto das mulheres, pois “mulher que ousasse ir ao estádio torcer por seu time era vista com maus olhos”.⁵⁶

Constrói assim outro paralelo: da mesma maneira que o jogo se tornou mais democrático, evoluiu técnica e taticamente e os jogadores passaram a ser líderes e participantes ativos do processo social, as jogadoras terão duras batalhas, mas vencerão e ocuparão seus espaços. Para respaldar seu argumento traz o sucesso de atletas de outras modalidades, como Isabel do vôlei, Hortência do basquete e Angélica Almeida do atletismo. E finaliza o texto de maneira otimista: “Primeiro, o atle-

⁵⁴ MENEZES. *Bete mendes: o cão e a rosa*.

⁵⁵ MENDES. A mulher entra em campo. Revista *Placar*, São Paulo, 15 abr. 1983, p. 36.

⁵⁶ MENDES. A mulher entra em campo. Revista *Placar*, São Paulo, 15 abr. 1983, p. 36.

tismo, o vôlei, o basquete. Agora, partimos para o futebol. É mais uma vitória contra o preconceito”.⁵⁷ Nessa perspectiva a proibição é vista como fruto do machismo e a regulamentação é uma vitória contra esse machismo. Ou seja, o futebol feminino regulamentado é uma vitória coletiva das mulheres, suas benesses não ficam restritas às jogadoras e torcedoras, mas às mulheres em geral. Integrando-se, portanto, às lutas e conquistas feministas.

DAS MOBILIZAÇÕES PARA A DELIBERAÇÃO Nº 01/83

Assim, recuperei alguns eventos importantes do futebol de mulheres durante a transição democrática brasileira e centrais na luta pela regulamentação. Cabe agora compreender o percurso institucional da regulamentação. Para isso é preciso retornar à Deliberação nº 10/79, que no seu último artigo decretava: “A presente Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Deliberação número 07/65”.⁵⁸ À primeira vista entende-se que o futebol (assim como os demais esportes proibidos) estava liberado para as mulheres praticarem, pois a proibitiva Deliberação nº 07/65 havia caído. Contudo, o CND condicionou a permissão das práticas esportivas à oficialização das entidades internacionais de cada modalidade, com a realização de campeonatos oficiais.

É nesse imbróglio que o futebol de mulheres deixa de ser proibido, mas se mantém clandestino. A FIFA com João Havelange solta promessas com pouca ou nenhuma efetividade. O CND alega aguardar a oficialização da modalidade pela FIFA e não se mobiliza para concretizar. A CBF tem ainda menos interesse e se constitui o famoso “jogo do empurra”. Isso quando essas entidades não atuaram para proibir jogos e manter as mulheres longe dos gramados. O *Diário do Paraná* também relatou esse fato:

O futebol feminino continua proibido no Brasil. Essa é a versão dada ao DP pelo coronel Osni Vasconcellos, presidente do Conselho Estadual de Esportes, órgão vinculado ao CND, a propósito de informações que o

⁵⁷ MENDES. A mulher entra em campo. Revista *Placar*, São Paulo, 15 abr. 1983, p. 37.

⁵⁸ BRASIL. Deliberação CND nº 10/1979, 21 dez. 1979. Baixa instruções às Entidades Desportivas do país, para a prática de desportos pelas mulheres apud SILVA. *Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista*, p. 79.

CND estaria estudando a regulamentação do futebol feminino em nosso país. O que há é uma pressão de cariocas em cima do CND para que seja regulamentada essa prática. Mas isso é muito difícil. O que não se pode proibir, segundo o coronel Osni Vasconcellos, é a prática do futebol feminino como lazer. Por exemplo, num campinho do Parque Barigui, na praia, etc. Em campo de futebol profissional está proibido.⁵⁹

Alguns pontos interessantes das falas do coronel Osni Vasconcellos: 1) a reiteration explícita da proibição mesmo após a Deliberação nº 10/79, demonstrando a permanência da clandestinidade; 2) o reconhecimento da pressão feita pelas mulheres naqueles contexto em prol da regulamentação, destacando a atuação das cariocas; 3) em contraponto a essa pressão o coronel afirma a existência de complicações para regulamentar, sem expressar quais seriam – importante assinalar que a dificuldade era justamente a falta de vontade política dos dirigentes esportivos homens, primeiro em reconhecer a existência de mulheres jogando futebol organizado, mesmo que fora da chancela das entidades esportivas e segundo em finalmente oficializar essa prática; 4) a tentativa de amenizar a proibição, alegando a sua efetividade apenas para campos profissionais e não espaços de lazer, como parques e praias.

Coloca-se, assim, uma diferenciação entre o lazer e o profissionalismo. Mulheres poderiam jogar bola para diversão, como entretenimento próprio, contudo, não estariam permitidas a jogarem nos mesmos campos dos profissionais. A desigualdade de gênero é (re)estabelecida através da barreira de acesso a uma profissão. Elas são apartadas desse mercado de trabalho e é fundamental assinalar que essa exclusão é efetivada por aqueles que detém o poder decisório da modalidade. Ou como coloca Bourdieu, pelos agentes que na disputa pelo monopólio de imposição da definição legítima da prática esportiva detém maior capital político.⁶⁰

Esse processo traz consequências e permanências para o futebol de mulheres. Conforme Pisani, “quando se fala de futebol praticado por mulheres, as fronteiras entre o que é considerado lazer, amador ou profissão ainda aparecem bastante borradas”.⁶¹ Isto é, as barreiras de acesso estabelecidas afetaram todo o desenvolvimento da modalidade, pois ao dificultarem o estabelecimento do futebol como

⁵⁹ Sem título. *Diário do Paraná*, Curitiba, 31 jul. 1982, p. 2.

⁶⁰ BOURDIEU. *Questões de Sociologia*, p. 142.

⁶¹ PISANI. *Prática de lazer, amadorismo ou profissão?*, p. 87.

uma profissão para as mulheres, as condições de trabalho – não somente os salários, mas também estrutura esportiva, treinamento, equipe multidisciplinar, com comissão técnica, médicos, nutricionistas, fisioterapeutas etc., transporte, alojamento, visibilidade midiática, patrocinadores, entre outras – vivenciadas pelas jogadoras acabaram se materializando justamente nessas fronteiras borradas. Isso faz com que, por um lado, as instituições esportivas (clubes, federações, mídia) de forma perene não expressem vontade política de desenvolver a modalidade, por outro, as atletas se localizem justamente na fronteira borrada.

De todo modo, as pressões e mobilizações ocorridas geraram resultados e o discurso dos dirigentes esportivos se transformou e passou a se direcionar em prol da regulamentação. Cria-se uma ansiedade, uma sensação de “está quase”, mas foi um processo institucional e legislativo que foi se prolongando ao máximo e só foi alcançado como resultado das lutas travadas pelas mulheres em defesa da autonomia dos seus corpos. Apesar de todos os entraves e desafios é publicada no Diário Oficial da União, em 11 de abril de 1983, a Deliberação nº 01/83 do Conselho Nacional de Desportos.⁶²

Na ementa da deliberação o CND respalda juridicamente as suas ações na Lei nº 6.251. Tal lei é chave para a organização geral do esporte durante a ditadura civil-militar, pois organiza e institui todas as normas esportivas. Os militares enxergavam o esporte como vetor de desenvolvimento brasileiro e era um assunto de Estado. A consequência desse ideário foi uma mudança em toda a estrutura esportiva nacional, em termos técnicos e organizativos, sempre com forte presença militar nos cargos e atribuições,⁶³ vide o próprio General Cesar Montagna na direção do CND.

A Política Nacional de Educação Física e Desportos foi expressa na Lei nº 6.251 e adotava para o país uma organização esportiva baseada em quatro dimensões: o esporte comunitário, o esporte estudantil, o esporte militar e o esporte classista. Assim, o Brasil adotou um modelo esportivo denominado “pirâmide esportiva”: a base é o esporte de massa, que é o primeiro nível do esporte comunitá-

⁶² BRASIL. Deliberação CND nº 01/1983, 25 mar. 1983. Dispõe sobre normas básicas para a prática de futebol feminino. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Ministério da Educação e Cultura, Brasília, DF, 11 abr. 1983. Seção I, p. 5794.

⁶³ OLIVEIRA. O esporte brasileiro em tempos de exceção: sob a égide da Ditadura (1964-1985), 2009.

rio, cujo ápice é o esporte de elite ou de alto rendimento.⁶⁴ Isso é importante porque conforme o Art. 1º da deliberação o futebol feminino poderia ser praticado no âmbito do “desporto comunitário”, no qual estavam considerados as associações esportivas, ligas, federações e confederações, com competições profissionais ou amadoras, com a prática esportiva sistemática e codificada. Contudo, em um degrau distinto na pirâmide do alto rendimento.

Ainda na ementa é interessante analisar o que o CND julgou importante para deliberar a regulamentação. O primeiro motivo é justamente o “inequívoco interesse das mulheres em praticar futebol de campo”, ou seja, é um reconhecimento estatal da mobilização feita por todas as envolvidas de alguma forma com a modalidade. As pressões surtiram efeito. Logo em seguida cita o regulamento elaborado pela UEFA para a prática e o movimento da FIFA em se organizar diante do crescimento do futebol de mulheres ao redor do mundo, demonstrando que o CND só estaria seguindo e se alinhando às outras entidades.

O Art. 1º definia as categorias: juvenil, de 14 a 18 anos, e adulto, acima de 18. A divisão por categorias é relevante para qualquer esporte, contudo, não se considerava que meninas com idade inferior a 14 anos jogassem dentro do esporte comunitário, pois a categoria juvenil começaria só a partir dos 14. Uma possibilidade é que a ditadura considerava incluir as menores de 14 anos somente no esporte estudantil. Outra questão é que essa divisão em categorias muitas vezes não era respeitada. Meninas e adolescentes jogavam com mulheres mais velhas, sem distinção. Um exemplo é da jogadora Suzana Cavalheiro, lateral da Seleção Brasileira no Torneio Experimental da China, em 1988. Quando tinha entre 14 e 15 anos fez parte de algumas equipes, como a Black Cat e a Transvira, até chegar no time do Isis Pop, de São Paulo. Lá ela era a caçula do grupo, formado por atletas mais velhas, maiores de 18 anos e universitárias.⁶⁵

O Art. 3º merece um destaque significativo: “é vedada, no futebol feminino, a prática do profissionalismo”. O artigo concretiza as concepções apresentadas anteriormente pelos dirigentes: o futebol poderia ser praticado pelas mulheres, agora, inclusive, ligados às federações e regulamentado, contudo, elas não poderi-

⁶⁴ OLIVEIRA. O esporte brasileiro em tempos de exceção, 2009.

⁶⁵ GOELLNER; CABRAL. *As pioneiras do futebol pedem passagem*, p. 129.

am ser profissionais. A profissão *jogadora* seguia vetada às mulheres, contrariamente ao que era almejado por elas. A barreira de acesso à profissionalização é uma desigualdade de gênero que afeta e prejudica as possibilidades de desenvolvimento da modalidade. As atletas não conseguem ter condições de trabalho adequadas e nem se sustentar, em termos financeiros, com o esporte. Forçando-as muitas vezes a terem um emprego fora desse espaço. Tais fatores diminuem as qualidades técnicas dos torneios e atrasam a evolução do futebol de mulheres.

Ademais, é possível analisar essa situação sob o prisma das relações de trabalho. Saffioti recorda o alijamento de grandes contingentes de mulheres da estrutura ocupacional, devido à forma como o gênero é operado dentro da sociedade de classes.⁶⁶ Tal alijamento ficou explícito, até nos termos da legislação, no caso do futebol de mulheres no Brasil. Há uma fala do general Montagna, logo após a regulamentação afirmando que a profissionalização passaria por grandes resistências:

No momento há vários empecilhos. Primeiro, porque isso acarretaria o surgimento de novos clubes e acho que a existência de 414 times de futebol profissional, atualmente no Brasil, já é um absurdo. Depois, seria preciso mexer com a legislação trabalhista e com a lei que regulamenta o futebol profissional. E há ainda uma posição contrária por parte do Ministério do Trabalho.⁶⁷

Os argumentos utilizados expressam novamente a falta de vontade política em desenvolver a modalidade. Sobre a quantidade de clubes de futebol profissional, uma possibilidade seria esses mesmos clubes já existentes formarem equipes de mulheres, inclusive, com incentivo do CND ou CBF. Caso isso não ocorresse caberia às entidades esportivas terem estrutura para acompanharem os registros de novos clubes. Quanto a alterar a legislação trabalhista, o general não explica qual seria o problema específico do procedimento. O empecilho era apenas a necessidade de alteração e o processo envolvido? Não fica claro. Entretanto, vale lembrar que as legislações não são estanques, são passíveis de mudança e também devem se adequar a novas realidades.

A Deliberação traz as regulamentações específicas para as partidas, como a obrigatoriedade de seguir o regulamento da International Foot-ball Association

⁶⁶ SAFFIOTI. *A mulher na sociedade de classes*.

⁶⁷ Mulheres, novo problema. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 mar. 1983, p. 26.

Board e as especificações do campo, bola, chuteiras, quantidade de substituições, numeração das atletas, duração dos jogos. Interessante notar que há características específicas para os jogos das mulheres. Como o tempo do prélio, desde 1898 a International Board havia definido dois tempos de 45 minutos com intervalo de 15.⁶⁸ Para as mulheres os jogados seriam mais curtos, 35 cada tempo, totalizando 70 minutos, em vez dos 90 tradicionais. Além de diferenças como o peso menor da bola. São expressões da ideia do “sexo frágil” e/ou dos discursos médicos defensores do afastamento das mulheres do futebol e outros esportes. Por fim, a Deliberação finalmente revogava em definitivo a proibição da prática do futebol pelas mulheres, expressa em textos legislativos anteriores. Essa parte, sem dúvida, uma importante vitória para as mulheres e para o futebol.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conquista de Adalzira em conseguir o registro de futebolista na Federação Paranaense de futebol foi resultado de inúmeras mulheres – inclusive dela – que se mobilizaram das mais distintas formas em prol da regulamentação do seu futebol. Mais do que isso foi (e é) uma luta contra as tentativas do controle de seus corpos e em defesa de sua autonomia.

Luta que não aconteceu em um vácuo, pelo contrário, fazia parte do processo de transição democrática e das batalhas sociais e políticas travadas nos anos 1970 e 1980 no contexto brasileiro, ressaltando-se as pautas de mulheres e de grupos feministas. Recordamos a fala de Rose do Rio, que intitula este texto: “Era a época que nós estávamos lutando para que a gente tivesse voto para presidente. Então, tudo isso estava acontecendo. E o futebol feminino era uma das coisas que estava acontecendo”. De fato, tudo isso estava acontecendo e foi fundamental para o processo de transição democrática que o Brasil estava passando.

Para compreender todo esse panorama histórico foram utilizadas diferentes fontes, com destaque para a imprensa. Tradicionalmente um corpus documental acionado por historiadores e que requer um cuidado para desenvolver uma análise

⁶⁸ BARBIERI; BENITES; SOUZA NETO. Os sistemas de jogo e as regras do futebol: considerações sobre suas modificações, p. 430.

crítica. Assim, ao construir essa narrativa histórica recordamos como o futebol se constitui como uma janela privilegiada para a compreensão das sociedades e que não existem concessões, a Deliberação nº 01/83 não foi dada às brasileiras, mas foi mais uma conquista delas.

* * *

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. S. de. **Do sonho ao possível**: projeto e campo de possibilidades nas carreiras profissionais de futebolistas brasileiras. Tese (Doutorado em Antropologia Social), UFSC, Florianópolis, 2018.
- ALMEIDA, C. S. de. “**Boas de bola**”: um estudo sobre o ser jogadora de futebol no Esporte Clube Radar durante a década de 1980. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), UFSC, Florianópolis, 2013.
- BARBIERI, F.; BENITES, L.; SOUZA NETO, S. Os sistemas de jogo e as regras do futebol: considerações sobre suas modificações. **Motriz**, v. 15, n. 2, 2009.
- BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, v. 35, n. 2, p. 253–270, 2007.
- CUNHA, C. Uma escritora feminista: fragmentos de uma vida. **Estudos Feministas**, v. 16, n. 1, p. 271-276, 2008.
- FERREIRA, J. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo da Nova República – da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- FICO, C. **História do Brasil contemporâneo**: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2015 (epub).
- FREITAS, V. G. O jornal *Mulherio* e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista. **História, histórias**, v. 2, n. 4, p. 149-166, 2014.
- FREITAS, V. G. **Feminismos na imprensa alternativa brasileira**: quatro décadas de lutas por direitos. Jundiaí: Editora Paco, 2018 (Kindle).
- FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- FREITAS. O jornal *Mulherio* e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista. **História, histórias**, 2014, p. 149-66.
- GOELLNER, S. V.; CABRAL, J. R. **As pioneiras do futebol pedem passagem**: conhecer para reconhecer. São Paulo: Editora Ludopédio, 2022.

HOLLANDA, B.; MELO, V. **O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

KESSLER, C. S. **Mais que Barbies e Ogras**: uma etnografia do futebol de mulheres no Brasil e nos Estados Unidos. Tese (Doutorado em Antropologia Social), UFRGS, Porto Alegre, 2015.

MENEZES, R. **Bete Mendes**: o cão e a rosa. Imprensa Oficial de São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. O esporte brasileiro em tempos de exceção: sob a égide da Ditadura (1964-1985). In: PRIORE, Mary Del; MELO, Victor Andrade de. **História do esporte no Brasil**: do Império aos dias atuais. São Paulo: Editora da UNESP, 2009 [Kindle].

PEDRO, J. Mulheres. Mulheres. In: PINSKY, J. (Org.). **O Brasil no contexto**: 1987-2007. São Paulo: Contexto, 2007.

PESSOA, Flavio Mota de Lacerda. **Humor, futebol, política e sociedade nas charges do Jornal dos Sports**: um estudo comparativo entre as obras de Lorenzo Molas (1944-1947) e Henfil (1968-1972). Dissertação (Mestrado em História), UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

PINTO, C. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISANI, M. S. Prática de lazer, amadorismo ou profissão? In: MARTINS, M. Z.; WENETZ, I. (Org.). **Futebol de mulheres no Brasil**: n. Curitiba: CRV, 2020.

RIBEIRO, R. R. **A várzea e a metrópole**: Futebol amador, transformação urbana e política local em Belo Horizonte (1947-1989). Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais), FGV, Rio de Janeiro, 2021.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, F. C. T. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo do regime autoritário. Ditadura Militar e Redemocratização. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SILVA, G. C. **Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista**: entre a proibição e a regulamentação (1965-1983). Dissertação (Mestrado em História Social), USP, São Paulo, 2015.

Periódicos e outros

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Dossiê Movimento Operário, out. 1978. Fundo: Política Operária. (Sistema de Informações do Arquivo Nacional).

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência particular recebida – Governo Figueiredo. 25 maio 1981. Fundo: Gabinete Pessoal do Presidente da República. (Sistema de Informações do Arquivo Nacional).

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Divisão de Segurança e Informações. 24 nov. 1981. Fundo: Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal. (Sistema de Informações do Arquivo Nacional).

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Congresso de Fundação da Confederação das Mulheres do Brasil (CMB). 12 ago. 1988. Fundo: Serviço Nacional de Informações. (Sistema de Informações do Arquivo Nacional).

BORGES. De Atenas a Los Angeles. **Mulherio**, 1984, p. 14-5.

BRASIL. Decreto-lei 3.199, 14 abr. 1941.

BRASIL. Deliberação CND nº 7/1965, 02 ago. 1965.

BRASIL. Deliberação CND nº 01/1983, 25 mar. 1983.

BRASIL. Deliberação CND nº 10/1979, 21 dez. 1979.

CARDOSO, I. Deixem que as mulheres joguem, seus machistas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 jan. 1983, p. 26.

Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Ministério da Educação e Cultura, Brasília, DF, 11 abr. 1983. Seção I, p. 5794.

FIGUEIREDO. Mulher ainda não entra. **Mulherio**, 1987, p. 19.

Fora de campo. **Mulherio**. São Paulo, 1982, p. 23.

Fracassa o congresso das mulheres. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 dez. 1980, p. 28.

Futebol Feminino na Cotrasa. **Diário da Tarde**, Curitiba, 30 abr. 1977, p. 2

Legalização no setor feminino. **Diário da Tarde**, Curitiba, 30 set. 1981, p. 7.

MENDES, Bete. A mulher entra em campo. **Placar**, São Paulo, 15 abr. 1983.

Mulheres, novo problema. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 mar. 1983, p. 26.

Mulheres no futebol: de olho na Copa. **Manchete**, R. de Janeiro 15 dez. 1982, p. 138.

No Recife, luta do futebol feminino. **Estado de São Paulo**, S. Paulo, 14 set. 1980, p. 50.

O desafio feminino está sem resposta. Vila Tapajós. *Diário do Paraná*. Curitiba, 02 jul. 1975, p. 5

Sem título. *Diário do Paraná*, Curitiba, 31 jul. 1982, p. 2.

SORYS. Rose do Rio, técnica de futebol, parte 1. Canal Sorys Gabriela, 04 set. 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XPNXyfCkoHk>.

TAKIZAWA, H. As mulheres atacam. **Placar**, São Paulo, 18 set. 1981, p. 33.

* * *

Recebido em: 08 abr. 2023.
Aprovado em: 24 jul. 2023.